

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME II-III*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
1960-61

## ACAMPAMENTO ROMANO DE ANTANHOL

No volume 1 desta revista, depois de se referirem as ameaças que pesavam sobre o monumento nacional constituído pelo Acampamento Romano de Antanhol, escreveu-se:

«É já muito longa, infelizmente, a lista de atropelos que, em sucessivas épocas, têm sido cometidos contra o património arqueológico, histórico e artístico da Nação, até por pessoas ou entidades que por ele deviam zelar. Como a questão se tornou do domínio público e largamente se divulgaram as razões que aconselharam a manter-se a integridade daquele monumento, o Instituto de Arqueologia alimenta a esperança de que os defensores da opinião contrária tenham reconsiderado, mas, de qualquer forma, procurará estar atento ao problema, consciente de que assim cumpre o dever que lhe incumbe como instituição universitária, como centro de cultura, e como defensor de um património que, pela sua significação histórica e por ser nacional, cumpre a todos os portugueses cultos respeitar».

É com profunda mágoa que nos vemos forçados a tratar novamente deste lamentável assunto, para historiar o que depois se passou e para formularmos o mais veemente protesto pelo vandalismo cometido no acampamento romano de Antanhol.

Em 1 de Setembro de 1960 soube-se no Instituto de Arqueologia que estavam a ser realizados trabalhos no campo de aviação de Coimbra. Embora o acampamento estivesse defendido pela classificação de monumento nacional e, conseqüentemente, ao abrigo de leis em vigor, não deixámos de nos preocupar, dados os antecedentes da questão, com a possibilidade de que alguém estivesse preparando qualquer desacato.

Faltaríamos no entanto à verdade se não disséssemos que, por outro lado, mantínhamos a esperança de que ninguém se atreveria a tocar num monumento nacional sem a necessária autorização das entidades competentes, tanto mais que o trabalho sobre o *castrum* de Antanhol, editado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1958, fora largamente divulgado e distribuído às autoridades e órgãos de administração do concelho e do distrito, assim como a todos os Ministérios.

Apesar disso, e para nos certificarmos do que se passava, resolvemos ir no dia seguinte ao local. Verificámos logo que tinham sido efectuadas obras de terraplenagem em todo o campo de aviação e que a abertura da muralha do lado Sul do acampamento (precisamente o que melhor se conservara até então) fora alargada para mais do dobro. Vimos também, junto do hangar da escola de aviação, uma grande escavadora imobilizada, mas não encontrámos ninguém que nos esclarecesse sobre o que se tinha passado e o que se projectava.

Três dias depois voltámos, na companhia de um funcionário da Direcção dos Monumentos Nacionais, ao campo de aviação. Movíam-nos o propósito de verificar se mais alguma coisa havia sido feita na área do acampamento. Logo à chegada às instalações do campo avistámos, na outra extremidade, a grande máquina escavadora em pleno funcionamento, num ponto que parecia estar dentro dos limites do acampamento. Para ah nos dirigimos imediatamente e, com a maior indignação, verificámos que a escavadora estava trabalhando precisamente sobre a crista da muralha do lado Sul.

Interrogámos o tractorista (aliás o único trabalhador que no local se encontrava) e procurámos saber quem lhe dera autorização e ordens para operar naquela zona. Informou que era funcionário do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica a quem a máquina pertencia, e que lhe parecia que a autorização para trabalhar naquele ponto fora dada pelo sr. Doutor Bissaia Barreto.

Fizemos-lhe saber que não poderia continuar ali os trabalhos, por se tratar de um monumento nacional, e que íamos comunicar às entidades competentes o que se estava passando.

Ao regressarmos a Coimbra, e como nos competia, demos conta do sucedido aos Monumentos Nacionais e ao Doutor João Pereira Dias, Presidente da 2.<sup>a</sup> Subsecção (Antiguidades, Escavações e Numismática) da 6.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional da Educação, que logo preveniu a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e solicitou que fossem tomadas urgentes providências.

Imediatamente foram, de Lisboa e pelo Ministério da Educação Nacional, enviadas para as autoridades ordens de suspensão e embargo dos trabalhos. E, em 6 de Setembro, um representante da Junta Nacional da Educação e outro dos Monumentos Nacionais acompanharam ao local um oficial da Guarda Nacional Republicana e a patrulha por ele comandada, a fim de se dar execução à ordem de embargo.

No campo apenas se encontrava o guarda do hangar. Interrogado sobre a identidade do encarregado ou responsável pelas obras disse não haver nenhum, e que ele próprio, por ser apenas o guarda das instalações, nada sabia dos trabalhos. Mas, perante a insistência das perguntas feitas pelo comandante de patrulha, acabou por informar que lhe parecia ter sido o sr. Doutor Bissaia Barreto quem dera a ordem para se efectuarem as terraplenagens; que o único trabalhador era o tractorista, mas que ali não encontrava naquele dia por ter ido visitar uma pessoa de família doente, em localidade que não podia precisar; que, embora nada soubesse do que se fazia no outro extremo do campo, *a escavadora tinha trabalhado lá durante a noite anterior.*

*Isto é, entre o aviso feito ao tractorista e a intervenção da Guarda Nacional Republicana, a destruição continuara.*

Teria sido, certamente, interessante interrogar sobre este ponto o motorista da escavadora, mas tal não foi possível por ele se encontrar, quando as autoridades teriam desejo de o ouvir, ausente em parte incerta.

Assim, no breve espaço de uma noite e depois das prevenções feitas, uma considerável parte da muralha Sul fora totalmente arrasada, como pode ver-se nas fotografias que publicamos. (Fotes 1 e 2).

Nesse mesmo dia 6 de Setembro, o sr. Doutor João Pereira Dias recebeu do sr. Secretário-Geral do Governo Civil de Coimbra um telefonema confirmando que os trabalhos haviam sido promovidos pela Junta do Distrito, e que, tendo entrado em contacto com o sr. Doutor Bissaia Barreto, este havia dado ordens para que eles se interrompessem.

De tudo se deu conta ao Ministério da Educação Nacional, e uma patrulha da G.N.R. manteve-se no local durante alguns dias. Como não se fizessem novas tentativas para prosseguir as destruições, a patrulha foi retirada, mas, pelo menos durante algum tempo, o campo foi visitado com regularidade por patrulhas móveis.

O que se passara, como é natural, causou a maior indignação entre todos aqueles que têm consciência do que representam os valores culturais. E, uma vez mais, a Faculdade de Letras tomou a respeito dessa questão atitude bem clara e definida, como se pode apreciar pela moção que a seguir se transcreve:

«O Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, reunido em seis de Outubro, na sua primeira sessão do ano lectivo de 1960-61, tomou conhecimento de que, nos primeiros



Foto 1



Foto 2

dias de Setembro, foi destruída uma parte da muralha sul do acampamento romano de Antanhol, importante estação arqueológica que, pelo decreto n.º 32.973, de 18 de Agosto de 1943, mereceu a classificação de Monumento Nacional.

A recente destruição, que foi levada a cabo com desconhecimento e menosprezo das entidades que têm a seu cargo a defesa do nosso património arqueológico e histórico, além de constituir uma nítida infracção às disposições legais em vigor, revela um condenável desrespeito pelos interesses culturais e valores históricos do nosso País.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que, em 1958, tomou uma atitude bem clara e firme na defesa da integridade do acampamento romano de Antanhol, aprovou por unanimidade uma moção de enérgico protesto contra o vandalismo cometido, e resolveu apresentá-lo ao Senado Universitário para que faça chegar ao Governo o seu veemente desejo de que a repetição de actos semelhantes se torne impossível e se apure a quem cabe a responsabilidade do acontecimento, para os devidos efeitos previstos nas leis em vigor».

Mas, apesar das diligências oficiais e de não ter sido abolida a legislação que as justificava, os que se haviam empenhado em sacrificar o acampamento romano não desistiram. Com absoluto, desrespeito pelas leis e por aqueles que as devem cumprir, com manifesto desinteresse (ou desprezo?) pelos valores que constituem património nacional, mais uma vez deram largas à sua sanha demolidora.

Em 23 de Novembro de 1960 chegou-nos a notícia de que se trabalhava de novo na área do acampamento. Pensámos na altura que se tratasse de qualquer confusão relacionada ainda com os demandos ali praticados em Setembro, pois repugnava-nos acreditar que outros tivessem sido feitos depois do Ministério da Educação Nacional haver dado ordem para que os trabalhos fossem embargados, e também, por se saber que o processo relativo a esse infeliz caso estava pendente de apreciação superior.

No entanto entendemos que seria conveniente uma visita ao local para completo esclarecimento dos factos. À chegada ao campo de aviação, e em resposta a perguntas nossas, fomos informados por um

piloto que nada mais se fizera na zona do acampamento além do corte de mato e pinheiros pertencentes à Junta Distrital.

A verdade, porém, era muito diferente e bem mais grave, como a seguir verificámos. Talvez com o pretexto do corte de pinheiros e mato havia sido nivelada por várias grandes máquinas (*era uma, antes do embargo...*) toda uma vasta zona. Praticamente toda a muralha.



Foto 3

Este se podia considerar perdida; o nivelamento realizado no interior do campo provocara um remeximento de terras que nunca mais permitiria estudo seguro; a maior e mais rica parte dos testemunhos da floresta primitiva fora irremediavelmente destruída. (Foto 3). Observámos, também, que na zona do duplo fosso (lado Sul) se notavam vestígios de movimentação de terras. No ângulo Sudoeste e em parte da muralha Oeste eram bem claros os sinais do rasto dos tractores e do arranque de árvores, e uma parte dessa muralha devia considerar-se profundamente alterada. De resto, como as defesas eram de terra

batida, bastaria a passagem das pesadas máquinas sobre elas para as inutilizar.

Quer dizer: continuando sem se fazer o mais pequeno caso das leis em vigor, e desrespeitando uma ordem de embargo do Ministério da Educação Nacional, a destruição do acampamento romano de Antanhol — *monumento nacional* — continuara.

Tratava-se de um acto extraordinariamente grave, pelo lamentável exemplo de absoluto desprezo pelas leis de protecção do nosso património histórico-arqueológico, por esse mesmo património e pelas instituições e pessoas que o defendem.

Mas, ainda para além disso, abria-se um terrível precedente cujas consequências são facilmente previsíveis: se se verificar que uma entidade oficial pode, sem sofrer sanções, destruir conscientemente um monumento nacional, será sem dúvida muito difícil, sem quebra de elementares princípios de equidade, obrigar outras entidades oficiais e os simples particulares à observância das leis em vigor. Casos como este, se ficarem impunes, não deixarão de diminuir e prejudicar a acção tenaz, persistente e tantas vezes ingrata de todos os Serviços que procuram valorizar e defender um património comum, dia a dia mais reduzido pelo tempo e pelos homens, que merece respeito e deve ser preservado.

Que a questão, em si e pelos seus possíveis efeitos, era extremamente grave o sentiram várias instituições e um largo sector da opinião pública. Além dos protestos apresentados pela Faculdade de Letras, também a Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, e a Junta Nacional da Educação se pronunciaram, aberta e veementemente, contra o desacato cometido e manifestaram a esperança de que os autores do vandalismo fossem chamados à responsabilidade.

No mesmo sentido se orientaram diversos jornais que, embora de diferentes tendências, não deixaram de expressar idêntica reacção de protesto.

É natural que um reduzido sector tenha, pelo contrário, aplaudido os responsáveis pela bárbara ilegalidade cometida. Uns por falta de coragem moral, outros por insensibilidade a certo número de valores, alguns por defenderem interesses imediatos, certos por estarem sempre dispostos a tudo sacrificar a uma desvirtuada noção de progresso, outros ainda, talvez e apenas, por mera ignorância das coisas e dos factos.



Não podemos, porém, completar esta recolha de elementos para o processo do acampamento romano de Antanhol sem deixar de fazer referência a certas passagens de um livro do sr. Doutor Bissaia Barreto: *Subsídios para a História. VI. Lembranças e Comentários*, 1.<sup>a</sup> edição, Coimbra 1961.

Nesse escrito, a pp. 269-271, o sr. Doutor Bissaia Barreto, no seu habitual estilo, aborda o problema do campo de Antanhol dando uma versão *muito pessoal* dos acontecimentos. Quem conheça bem tudo o que se passou não pode deixar de sentir uma impressão profundamente desagradável ao ler esse texto, pela forma como, a despropósito, se fazem referências a instituições e pessoas para justificar atitudes dificilmente justificáveis.

Apenas para esclarecimento dos que não conheçam todos os dados desta questão a seguir se comentam, serena e objectivamente, alguns dos passos desse escrito.

Referindo-se à primeira tentativa de ampliação do campo, escreveu o Doutor Bissaia Barreto:

«A Faculdade de Letras opôs-se porque... naquela zona pode ter havido um acampamento romano! Oçam bem, pode ter havido um acampamento romano!».

Teria sido mais verdadeiro escrever que um professor muito ilustre da Faculdade de Letras e de competência sobejamente reconhecida, o Doutor Virgílio Correia, provou a existência de um acampamento romano nos limites do campo de aviação. Essa identificação era tão segura que o Ministério da Educação Nacional, reconhecendo o alto interesse do Monumento, pelo decreto n.º 32.973, de 18 de Agosto de 1943, o classificou como *monumento nacional*, pondo-o assim ao abrigo da lei que proibia a sua destruição total ou parcial, que impedia a realização de trabalhos sem prévia autorização e que impunha a sua conservação e salvaguarda.

E não pode deixar de considerar-se estranho que o Doutor Bissaia Barreto duvidasse da existência real desse acampamento e, no entanto, a Junta de Província da Beira Litoral, a que presidia, tivesse em 1955 solicitado ao Ministério da Educação Nacional indicações, por, «no uso das atribuições de cultura» que lhe eram facultadas, desejar proceder

a um trabalho sobre a estação arqueológica sita no *Acampamento Romano de Antanhol*.

Quanto à afirmação de que a «Faculdade de Letras continuou a ignorar, em absoluto, a existência do hipotético acampamento romano!», basta a leitura atenta da obra *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*, por ela editado em 1958, para a desmentir. Depois deste estudo arqueológico e histórico, só por gracejo de mau gosto, se podia, se pode pôr em dúvida que o monumento criminosamente destruído em Antanhol fosse um «acampamento romano».

Refere-se depois o sr. Doutor Bissaia Barreto ao que se passou quando foi novamente encarada a possibilidade de alargamento do campo de aviação. Ali se deslocaram, na altura, o então Ministro da Defesa, Coronel Santos Costa, e o Subsecretário de Estado da Aeronáutica. Estiveram também presentes nesse encontro outras individualidades, como o próprio Doutor Bissaia Barreto, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Moura Relvas, e, pela Junta Nacional da Educação, o Doutor João Pereira Dias, presidente da 2.<sup>a</sup> Subsecção da 2.<sup>a</sup> Secção, e o vogal da mesma Subsecção, J.M. Bairrão Oleiro. Coube a estes dois últimos, que embora ligados à Universidade ali não estavam como seus representantes, mostrar aos Senhores Ministro da Defesa e Subsecretário de Estado da Aeronáutica o alto interesse daquele monumento nacional e as várias razões que levavam a conservá-lo intacto.

O Doutor João Pereira Dias apresentou mesmo a sugestão de que noutra local, que indicou, fosse construído novo campo que melhor servisse os interesses da aviação em Coimbra, pois a obra que se projectava ali podia satisfazer um capricho presente, mas seria inútil no futuro.

E cremos que o Sr. Ministro da Defesa, que mostrou pela atitude e razões dos que defendiam a integridade do acampamento plena compreensão, não repudiou essa sugestão. Se os terrenos necessários fossem colocados ao seu dispor noutra local, manteria a colaboração que estava pronto a prestar para que Coimbra tivesse um bom campo.

Diz o sr. Doutor Bissaia Barreto não ser capaz de compreender as razões por que não foi aceite a oferta, então feita, de dinheiro, aparelhagem e técnicos para estudo do campo. Essa oferta foi, realmente, feita. Não o foi, porém, à Universidade, como afirma, e sim aos dois representantes da Junta Nacional da Educação. E ninguém

poderá estranhar que a não tivessem aceite quando ela era acompanhada da insistência em ampliar o campo, mutilando um monumento nacional que se impunha conservar intacto.

De resto, a posição da Universidade a este respeito está claramente definida na moção apresentada pela Faculdade de Letras ao Senado Universitário e aprovada por unanimidade em reunião de 3 de Maio de 1958. Nela se afirma a certa altura:

«...Dada a importância arqueológica deste monumento, o que verdadeiramente importa não é proceder a escavações que o destruam, pois um dos seus mais notáveis aspectos está precisamente na sua estrutura, mas sim empreender trabalhos que cientificamente o valorizem, segundo técnicas de sondagem delicadas e morosas, que não se compadecem com as técnicas utilitárias de uma vasta terraplenagem.

Assim, a Faculdade de Letras, consciente da sua integração no campo universitário e, por conseguinte, dos seus deveres na defesa dos interesses culturais de Coimbra, associa-se com entusiasmo ao desejo expresso pela Comissão Cultural do Município e pela Câmara Municipal no sentido de a cidade ser dotada de um novo e mais vasto aeródromo, mas também formula o voto de que, pela sua grandeza, essa obra seja definitiva e não apenas obra condenada a tornar-se insuficiente dentro de poucos anos, e veementemente manifesta a sua discordância com a ideia de que para tal fim seja vandalizado um dos monumentos nacionais que mais enriquecem o património arqueológico de Coimbra».

Diz o sr. Doutor Bissaia Barreto que «muito tem a cidade agradecer à Faculdade de Letras!».

Creemos que sim, que alguma coisa tem a agradecer-lhe. Quanto mais não seja o ter pugnado pela defesa dos seus interesses culturais, o ter erguido o seu protesto contra um vandalismo e uma ilegalidade que se projectavam e acabaram por ser cometidos.

Escreveu ainda o sr. Doutor Bissaia Barreto:

«Quando as pessoas ou instituições às quais falta um espírito aberto de inteligente compreensão são orientadas por uma cega e inexplicável teimosia, é inútil empregar o raciocínio para a solução de qualquer problema».

Com estas palavras que, se bem não tenham sido escritas com intenções de autocrítica, explicam a atitude cega e teimosa de quem praticou a destruição, que os vindouros hão-de verberar, não podemos deixar de estar de acordo. Do que discordamos em absoluto é do recurso à violência que pieconiza e que nunca esperaríamos ver apre-goado por pessoa com tantas responsabilidades. Especialmente quando essa violência conduz ao vandalismo e ao atropelo das leis.

A FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA E A CAMPANHA PARA A SALVAGUARDA  
DOS MONUMENTOS DA NÚBIA

Dois meses depois de aberta a campanha internacional para a salvaguarda dos monumentos da Núbia, o grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entregou ao sr. Director da Faculdade, em 9 de Junho de 1960, o officio e a exposição que a seguir se transcrevem para que se conheça a reacção da Universidade ao apelo do Director-Geral da U.N.E.S.C.O.:

*Ex.<sup>mo</sup> Senhor*

*Director da Faculdade de Letras da Univer-  
sidade de Coimbra*

*Tenho a honra de entregar a V. Ex.<sup>ca</sup> a exposição em que o grupo de História da nossa Faculdade, pelos seus professores, assistentes e íntimos colaboradores, procura chamar a atenção do Governo e da Fundação Calouste Gulbenkian para a campanha internacional tendente a salvar-guardar os monumentos da Núbia, que a construção da barragem de Sadd el Aali, perto de Assuão, põe em riscos de desaparecimento e de perda total.*

*É escusado encarecer quanto prestígio moral e intelectual ganharia o nosso País em integrar-se nessa campanha, pelos meios que fossem reputados convenientes e próprios. Mas os signatários em cujo nome subscrevo este officio têm, ao menos, o objectivo imediato e primacial de assinalar que a nossa Universidade se deu conta de que desde há meses*